

No final de 2019, Judiciário ainda tem orçamento para executar

Próximo do recesso, o Judiciário Federal não executou todo o orçamento de 2019. Assim, o argumento da limitação orçamentária, que as Administrações usam para não atender as demandas da categoria, como, por exemplo, o reajuste dos Benefícios Sociais, não tem sentido. Vale lembrar que apenas os auxílios alimentação e creche foram reajustados ainda em 2018 em 2,96%. De lá para cá, o discurso é de aperto nas contas, mas os números mostram que há, sim, orçamento disponível, de acordo com estudos do assessor econômico do Sintrajusc, Washington Luiz Moura Lima.

A questão das sobras orçamentárias não é novidade, mas a preocupação do Sintrajusc é que as consequências da alegada falta de recursos recaiam novamente sobre os servidores, ao invés de as Administrações cobrarem dos Conselhos e do próprio Executivo o enfrentamento institucional dos efeitos da Emenda Constitucional 95, buscando o descongelamento dos salários e benefícios. Fica a pergunta: como o TRT, TRE e JF irão aplicar as sobras orçamentárias, que não são poucas? E, em tempos de vacas magras, com congelamento dos Benefícios Sociais, por qual motivo se devolveria dinheiro, dando a impressão de que os recursos estão sobrando?

Veja a situação de cada justiça:

JUSTIÇA DO TRABALHO

Em 30 de novembro, a um mês do fim do exercício, o TRT-SC liquidou apenas 71,04% do total do orçamento disponível para todo o ano, sem considerar as despesas de pessoal e encargos.

Em um mês terá que liquidar 28,96% de todo o orçamento do ano para que não haja perdas.

No ritmo dos valores liquidados até 30 de novembro, que correspondia a 6,45% mensal do total do orçamento, significa dizer que, no mês de dezembro, o TRT-SC deverá aumentar 4,8 vezes o que estava liqui-

dando até a data.

Já deveriam ter sido liquidados 91,01% (% ideal) do orçamento, existindo, em 30 de novembro, um saldo de 19,97%, equivalente a R\$ 19,0 milhões.

JUSTIÇA ELEITORAL

Em 30 de novembro, o TRES liquidou apenas 75,58% do total do orçamento disponível para todo o ano, sem considerar as despesas de pessoal e encargos.

Em um mês terá que liquidar 24,42% de todo o orçamento do ano para que não haja perdas.

No ritmo dos valores liquidados até 30 de novembro, que correspondia a 6,87% mensal do total do orçamento, no mês de dezembro o TRES deverá aumentar 3,5 vezes o que estava liquidando até a data.

Já deveriam ter sido liquidados 91,01% (% ideal) do orçamento, existindo, em 30 de novembro, um saldo de 15,43%, equivalente a R\$ 6,0 milhões.

JUSTIÇA FEDERAL

Na mesma data, 30 de novembro, a Justiça Federal Órgão - que é o agregado do orçamento dos 5 TRFs mais a JF de 1º grau, liquidou apenas 64,01% do total do orçamento disponível para todo o ano, sem considerar as despesas de pessoal e encargos.

Em um mês terá que liquidar 35,99% de todo o orçamento do ano para que não haja perdas.

No ritmo dos valores liquidados até 30 de novembro, que correspondia a 5,81% mensal do total do orçamento, no mês de dezembro a JF deverá aumentar 6,1 vezes o que estava liquidando até a data.

Já deveriam ter sido liquidados 91,01% (% ideal) do orçamento, existindo, em 30 de novembro, um saldo de 27,00%, equivalente a R\$ 645,8 milhões.

Em defesa do serviço público e dos servidores, Fenajufe indica Greve em 18 de março

A Fenajufe e os sindicatos de base indicaram Greve Nacional da Categoria em 18 de março contra o acelerado desmonte dos serviços públicos e os ataques aos conjuntos dos servidores. A direção do Sintrajusc vai se reunir dia 25 de janeiro para discutir o processo de mobilização da categoria.

A luta será contra a reforma administrativa, que reúne três Propostas de Emenda Constitucional (PECs), de números 186, 187 e 188, que afetam fortemente os servidores e o serviço público. A PEC 186, chamada de PEC Emergencial, prevê a redução de salário dos servidores mediante redução da jornada de trabalho, suspensão de promoções, vedação de novas despesas obrigatórias e proibição de concursos. Para enfrentar esses ataques, o

Sintrajusc integra a Coordenação Catarinense dos Servidores Públicos Federais, que reúne 13 entidades e vai iniciar 2020 com distribuição de folhetos junto às categorias e à população em geral.

O material, escrito de forma conjunta, responde às afirmações mais divulgadas pela imprensa, entre elas as seguintes: o Estado “é muito grande, ineficiente e está falido”, “as despesas com o servidor estão descontroladas”, “o dinheiro do governo acabou”, “a aprovação das reformas vai trazer crescimento” e a “estabilidade é privilégio”. São feitos comparativos que desmontam essas afirmações, mostrando também que a grande fatia de recursos públicos vai para remunerar os bancos e os grandes investidores.

STF recebe as primeiras ações contra a reforma da Previdência

As modificações introduzidas pela Emenda Constitucional 103/2019 em decorrência da reforma da Previdência começam a ser questionadas no Supremo Tribunal Federal (STF). Promulgada pelo Congresso Nacional em novembro, a reforma é alvo de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (como as ADIs 6254, 6255, 6256 e 6258), com pedidos de liminar, que serão relatadas pelo ministro Luís Roberto Barroso.

As primeiras ADIs foram ajuizadas por associações de defensores públicos, magistrados e integrantes do Ministé-

rio Público. O ministro Barroso aplicou aos quatro processos o rito abreviado previsto na Lei das ADIs (Lei 9.868/1999) em razão da “inequívoca relevância” e do “especial significado para a ordem social e a segurança jurídica” da matéria. A providência faz com que as ADIs sejam julgadas pelo Plenário do STF diretamente no mérito, dispensando-se o prévio exame das liminares.

A Assessoria Jurídica do Sintrajusc preparou um resumo das principais teses que movem essas ações. Veja em www.sintrajusc.org.br

SAIBA MAIS

O Sintrajusc está divulgando, no site, o quadro comparativo da reforma da Previdência com as regras que afetam os servidores públicos federais. O material foi preparado pelo escritório Pita Machado Advogados, que presta Assessoria Jurídica para o Sindicato.

Sintrajusc e Sinjusc discutem cursos de formação para servidores

Com base em decisão do Congresso realizado em setembro passado, o Sintrajusc está buscando parceria com o Sinjusc (Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Estadual) voltada para a formação dos servidores através de cursos. Já foram realizadas duas reuniões e a próxima será no dia 17 de janeiro. Haverá novidades em 2020!

Informação em dia

Quer receber as principais notícias do Sintrajusc diretamente no seu celular?

- 1- Salve o nosso número (48)984310856 na agenda.
- 2 - Envie um “Olá!” para confirmar que você quer receber nosso conteúdo!

Atualização diária no site www.sintrajusc.org.br

